

Mottu I S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
nº 243KC-066-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	15

Relatório de Administração

São Paulo, 27 de março de 2024.

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Administração da COMPANHIA MOTTU I S/A, tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis da Companhia relativas ao exercício de 2023. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas e administradores da
Mottu I S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mottu I S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Debêntures (Conforme Nota Explicativa nº 7)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia emitiu, até 31 de dezembro de 2023, 124.000 debêntures não conversíveis em ações, com o objetivo de captar recursos para a compra de motos e estruturação de suas atividades operacionais. Devido à relevância dessa transação para a Companhia e à necessidade de gerenciar o reconhecimento, a mensuração, a manutenção e a adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos novamente este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser uma das principais fontes de financiamento para a Companhia, com impactos significativos em suas demonstrações contábeis. Os procedimentos de auditoria envolvidos foram extensos, dada a necessidade de análise das operações, leitura e interpretação de contrato, dentre outros procedimentos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os procedimentos de auditoria que realizamos incluíram, mas não se limitaram à: **(i)** análise da conciliação contábil; **(ii)** o recálculo do valor presente da totalidade das debêntures emitidas de acordo com o preço unitário; **(iii)** a verificação da existência da transação por meio da análise do contrato e envio de carta de confirmação (circularização) junto a emissora; **(iv)** a realização de testes documentais para os recebimentos e pagamentos financeiros; **(v)** análise da manutenção dos *covenants* do contrato; e **(vi)** a análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na mensuração e registro das transações referentes à emissão de debêntures, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, as operações da Companhia ocorrem integralmente com sua controladora. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

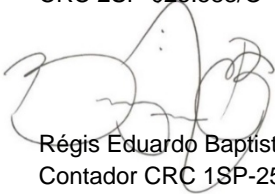
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Mottu I S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	4.373	4.901
Aplicação financeira vinculada	3.2	-	30.064
Despesas antecipadas		-	-
Impostos a recuperar		177	10
Partes relacionadas	6	148	-
Total do ativo circulante		<u>4.698</u>	<u>34.975</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	4	161.991	158.741
Total do ativo não circulante		<u>161.991</u>	<u>158.741</u>
Total do ativo		<u><u>166.689</u></u>	<u><u>193.716</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mottu I S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	5	87	15.638
Obrigações fiscais		1	-
Debêntures	7	41.574	-
Partes relacionadas	6	38.388	41.239
Total do passivo circulante		<u>80.050</u>	<u>56.877</u>
Passivo não circulante			
Debêntures	7	81.520	123.323
Provisão para contingências		223	-
Total do passivo		<u>81.743</u>	<u>123.323</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	8	13.627	13.627
Prejuízos acumulados		(8.731)	(111)
Total do patrimônio líquido		<u>4.896</u>	<u>13.516</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>166.689</u>	<u>193.716</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mottu I S.A.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida	9	30.924	6.394
Custos	10	(17.028)	(3.084)
Lucro Bruto		<u>13.896</u>	<u>3.310</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(871)	(97)
Outras despesas operacionais	11	(27)	(44)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>12.998</u>	<u>3.169</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	598	42
Despesas financeiras	12	(22.216)	(3.264)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(8.620)</u>	<u>(53)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Prejuízo líquido do exercício		<u>(8.620)</u>	<u>(53)</u>
Resultado por ação referente às ações ordinárias		(0,63)	(10,60)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mottu I S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido do exercício (8.620) (53)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>..... (8.620)</u>	<u>..... (53)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mottu I S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>5</u>	<u>-</u>	<u>(58)</u>	<u>(53)</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.622	-	13.622
Aumento de capital - AGE 20/12/2022	8	13.622	(13.622)	-	-
Resultado do exercício		-	-	(53)	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>13.627</u>	<u>-</u>	<u>(111)</u>	<u>13.516</u>
Resultado do exercício		-	-	(8.620)	(8.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>13.627</u>	<u>-</u>	<u>(8.731)</u>	<u>4.896</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mottu I S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(8.620)	(53)
Ajustes por:			
Depreciação		19.856	3.240
Juros sobre as debêntures e custo de captação		22.165	3.214
Baixa de ativo imobilizado		3.076	-
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Impostos a recuperar		(167)	(10)
Partes relacionadas		-	-
Fornecedores		(15.551)	15.585
Obrigações tributárias		1	(6)
Provisão para contingências		223	-
Partes relacionadas		(148)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		20.835	21.970
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(6.648)	(118.736)
Adiantamento para futuras imobilizações		(19.534)	(43.245)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(26.182)	(161.981)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos partes relacionadas		(2.851)	41.239
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		-	13.622
Captação de empréstimos		-	124.446
Pagamento de juros debêntures		(22.394)	(4.336)
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades de financiamento		(25.245)	174.971
(Diminuição) / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(30.592)	34.960
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.965	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.373	34.965
(Diminuição) / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(30.592)	34.960

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mottu I S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas		
Receita operacional bruta	34.100	7.048
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(452)	(508)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(793)	(139)
	(1.245)	(647)
Valor adicionado bruto	32.855	6.401
Depreciação e amortização	(19.856)	(3.240)
Valor adicionado líquido	12.999	3.161
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	598	42
	598	42
Valor adicionado a distribuir	<u>13.597</u>	<u>3.203</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos e taxas		
Federais	-	-
Remuneração de capital de terceiros		
Juros	22.394	3.214
Outros	(177)	42
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo acumulado	(8.620)	(53)
Valor adicionado distribuído	<u>13.597</u>	<u>3.203</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mottu I S.A. (“Companhia”), foi constituída no dia 17 de março de 2021 e sua razão e objeto social atuais foram aprovadas em assembleia geral extraordinária realizada em 04 de agosto de 2022 que também formalizou a saída da Vert Participações Ltda. e da Vert Créditos Ltda., antigas titulares, de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Ações firmado com a Mottu Locação de Veículos Ltda., que passou a deter a totalidade das ações da Companhia.

O objeto social da Companhia é a locação e leasing de meios de transporte terrestre sem condutor, por período de longo ou curta duração.

Os recursos para liquidação das dívidas de curto prazo serão obtidos mediante os recebíveis de locação dos veículos com a parte relacionada – Mottu Locação de Veículos Ltda.

O grupo de empresas Mottu possui valor expressivo em caixa para saldar seus passivos de curto prazo

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais adotadas

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2024.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Motos	7 anos
-------	--------

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A Administração entende que as taxas de depreciação utilizadas refletem a vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.8. Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; e **(ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

2.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

2.10. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11. Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é elaborada e apresentada conforme de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados

Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

- **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a *transações sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IAS 21/ CPC 02

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada

3.1. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta corrente	-	211
Aplicações financeiras	4.373	4.690
Total	4.373	4.901

São registrados nesse grupo os valores em conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata com os Bancos Santander, Vortex, XP Investimentos e Itaú-Unibanco. Sendo remuneradas a uma taxa média mensal de aproximadamente 50% do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

3.2. Aplicação financeira vinculada

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação financeira vinculada	-	30.064
Total	-	30.064

Em 31 de dezembro de 2022, o montante era composto por saldo em conta corrente (Escrow Account – Conta Garantida) no valor de R\$ 30.064 com o Banco QI Tech, referente aos recursos captados através da emissão de debêntures (vide Nota Explicativa nº 7) que estavam restritos para compra de motos. O recurso foi utilizado no transcorrer do primeiro trimestre de 2023 para a aquisição de motocicletas e pagamento dos fornecedores.

4. Imobilizado líquido

Descrição	Taxa anual de depreciação	31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Motos	14,29%	141.442	(22.668)	118.774	115.372
Adiantamento para futura aquisição de imobilizado	-	42.969	-	42.969	43.245
Imobilizado em andamento	-	248	-	248	124
Total		184.659	(22.668)	161.991	158.741

Movimentação do imobilizado em 2023

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Motos	115.372	4.088	(2.587)	35.098	(19.856)	118.774
Adiantamento para futura aquisição do imobilizado	43.245	19.534	-	(33.151)	-	42.969
Imobilizado em andamento	124	2.560	(489)	(1.947)	-	248
Total	158.741	26.182	(3.076)	-	(19.856)	161.991

Movimentação do imobilizado em 2022

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Motos	-	7.306	(801)	112.107	(3.240)	115.372
Adiantamento para futura aquisição do imobilizado	-	145.485	-	(102.240)	-	43.245
Imobilizado em andamento	-	9.991	-	(9.867)	-	124
Total	-	162.782	(801)	-	(3.240)	158.741

5. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de motocicletas	74	13.421
Transportadoras de motocicletas	-	1.581
Outros fornecedores e/ou prestadores de serviços	13	636
Total	87	15.638

6. Partes relacionadas

Ativo circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Mottu locações de veículos Ltda	148	-
Total	148	-

Ativo não circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Tupã Industria de Motos Ltda. - Adiantamento para aquisição do imobilizado Nota Explicativa nº 4	42.969	43.245
Total	42.969	43.245

Passivo circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Cessão de crédito - Mottu locações de veículos Ltda.	37.197	40.048
Custo da Captação de Dívida - Mottu locações de veículos Ltda.	1.191	1.191
Total	38.388	41.239

Em 1º de setembro de 2022, a Companhia e sua acionista Mottu Locação de Veículos Ltda. ("Cedente") assinaram Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos que transferiu o direito de créditos com fornecedores da Cedente para a Companhia. Esses créditos são referentes a adiantamentos de compra de moto. Os fornecedores que antes tinham a obrigação de fornecer moto a Cedente passaram a ter a obrigação com a Companhia.

O valor total da Cessão foi de R\$ 62.256 e deve ser pago em até seis meses contados a partir da data do instrumento.

O montante de R\$ 1.191 foi registrado a pagar a parte relacionada decorrente do custo de captação das debêntures.

Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve remuneração da Administração.

7. Debêntures

7.1. Condições da escritura

	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	123.094	123.323
Circulante	41.574	-
Não circulante	81.520	123.323

Em 31 de dezembro de 2023, o valor refere-se ao principal com juros no total de R\$ 124.241, deduzido do custo de captação no montante R\$ 1.147.

Em 23 de agosto de 2022, foi autorizado a emissão de 130.000 debêntures decorrentes da negociação conforme o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com Garantia real, com garantia adicional Fidejussória em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Mottu I S.A. Até 31 de dezembro de 2023, foram emitidas 124.000 debêntures.

A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro pela CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, conforme disposto no artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio à CVM da comunicação de início da Oferta Restrita, nos termos do artigo 7º -A da Instrução CVM 476 ("Comunicação de Início"), e da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476 ("Comunicação de Encerramento").

Por se tratar de distribuição pública, a Oferta Restrita foi registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("Anbima"), nos termos do "Código ANBIMA para Ofertas Públicas", de 6 de maio de 2021 ("Código Anbima"), exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da Anbima.

As debêntures são atualizadas por juros remuneratórios de 5,400% ao ano, acrescidos de Certificado Depósito Interbancário (DI).

O vencimento final das debêntures será em 23 de agosto de 2025. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Aceleração dos Pagamentos, Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a partir da Data de Emissão ("Período de Carência"), sempre no dia 23 de cada mês, sendo a primeira amortização devida em 23 de setembro de 2024.

Segue os *covenants* financeiros e operacionais da emissão. Todos os indicadores estão sendo cumpridos e em caso de não cumprimento pode ocorrer vencimento antecipado não automático ou aceleração da amortização.

Indicadores

Taxa de ocupação (frota alugada grupo/ frota disponível para aluguel grupo)
Motos perdidas (perdas) (últimos 12 meses) / frota total
Motos perdidas (perdas) (acumulado) / frota total
Endividamento líquido / frota fiipe
Motos alienadas / saldo dívida
Número de contratos cedidos / motos alienadas
Motos alienadas + motos não alienadas grupo / saldo dívida
Recebíveis cedidos 6 meses / pmt próximos 6 meses
1/15 do somatório dos recursos creditados na conta vinculada da fiadora

A companhia está adimplente com os *covenants* apresentados.

A movimentação das debêntures para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	123.323
Juros devidos / provisionados no exercício	22.165
Amortização dos custos de captação das debêntures	(378)
Amortização	(22.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.094

A composição da parcela do passivo, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	31/12/2023
2024	41.574
2025	81.520
Total	123.094

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 13.627, representando 13.627 (treze mil seiscentos e vinte e sete) ações ordinárias, dos quais foram integralmente integralizadas, conforme 2ª alteração contratual efetuada em 20 de dezembro de 2022, ocorrendo nesta data o aumento do capital social da companhia de R\$ 5 para o presente valor, portanto um aumento de R\$ 13.622 utilizando o saldo de AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital

Sócio	Quotas	Valor nominal	%	Valor total
Mottu locações de Veículos Ltda	13.626.598	R\$ 13.626.598	100%	R\$ 13.626.598
Total	13.626.598	R\$ 13.626.598	100%	R\$ 13.626.598

8.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o exercício apresentado.

8.3. Prejuízos acumulados e resultados de exercício

Os resultados obtidos ao longo da fase pré-operacional foram mantidos em prejuízos acumulados e estão sendo capitalizados ou reembolsados quando desde o início da fase operacional ocorrida em outubro de 2022.

9. Receita líquida

As receitas operacionais iniciaram-se em outubro de 2022 decorrente do aluguel de motos para a controladora Mottu Locação de Veículos Ltda.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços prestados	34.100	7.048
(-) Impostos sobre a receita	(3.176)	(654)
Total	30.924	6.394

A natureza das receitas é decorrente do Instrumento particular de contrato de locação de veículos firmado entre a Mottu I S/A e a Mottu Locação de Veículos Ltda, as quais são liquidadas financeiramente no ato do reconhecimento da receita, logo, não há contas a receber registrado uma vez que o pagamento ocorre dentro do próprio mês.

10. Custos por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Depreciações das motos	(19.856)	(2.839)
Créditos de PIS e Cofins	3.280	263
Manutenção de veículos	(16)	(5)
IPVA	(436)	(503)
Total	(17.028)	(3.084)

As motos são depreciadas a taxa de 14,29% de acordo com a expectativa de durabilidade e uso das motos. As depreciações iniciaram-se no mês de agosto, quando as motos já estavam em condições de uso. A receita de Locação com a Mottu Locação iniciou-se em outubro de 2022.

11. Despesas operacionais por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Assessoria contábil	(44)	(21)
Auditoria	(37)	(40)
Perdas na alienação de veículos	(227)	-
Processos judiciais	(224)	-
Outras (despesas) / receitas	(366)	(80)
Total	(898)	(141)
Classificadas como:		
Gerais e administrativas	(871)	(97)
Outras despesas operacionais	(27)	(44)
Total	(898)	(141)

12. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	598	42
Receitas financeiras	598	42
Juros sobre debêntures	(22.165)	(3.214)
Custo de captação de debêntures	-	-
Tarifas bancárias	(29)	(40)
Juros e multas	(22)	(8)
IOF	-	(2)
Despesas financeiras	(22.216)	(3.264)
Resultado financeiro líquido	(21.618)	(3.222)

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais de naturezas cíveis que se referem, principalmente, a indenizações por acidente sem vítima, multas de trânsito e manutenção.

A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2023, provisão para demandas judiciais no valor de R\$ 223 referente aos processos classificados como provável perda. Não há processos classificados como possível ou remota perda.

14. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação pode ser demonstrado conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(8.620)	(53)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo líquido básico por ação	13.627	5.000
Prejuízo por ação (em reais - R\$)	(0,63)	(10,60)

15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Classificação	Hierarquia	31/12/2023		31/12/2022		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo						
Aplicações financeiras	Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.373	4.373	34.754	34.754
Total			4.373	4.373	34.754	34.754
Passivo						
Debêntures (*)	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	81.520	81.520	123.323	123.323
Fornecedores	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	87	87	15.638	15.638
Total			81.607	81.607	138.961	138.961

(*) Não inclui na rubrica os custos de captação.

15.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

15.2. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive critério de reconhecimento, base de mensuração e método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na Nota Explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições-padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3** – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

15.3. Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre eles destacam-se os riscos de crédito, de liquidez e de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros, bem como avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez de seus ativos financeiros.

15.4. Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos.

15.5. Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia entende que não incorre em risco de crédito relevante em seus instrumentos financeiros.

15.6. Risco de liquidez

É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar suas operações, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

15.7. Risco de mercado

É o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI, e à variação de índices de preços, notadamente o IPCA.

15.8. Análise de sensibilidade

Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses.

Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Aumento do CDI	10,75%	12.75%	15.00%

Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Debêntures	(13.356)	(15.841)	(18.636)

16. Operações por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 – Informações por Segmento. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

17. Eventos subsequentes

A Companhia não possui eventos subsequentes até a data de divulgação das suas demonstrações contábeis.

* * *